

PAPEL SOCIAL E *ETHOS* DISCURSIVO: A RATIFICAÇÃO DE UMA “VERDADE”

*João Carlos CATTELAN**

Resumo: Este estudo pretende, a partir da análise do enunciado “Ôh, pai!!! Eu pedi pra mamãe me levá no banheiro e ela não quis me levá!!!”, refletir sobre como os papéis sociais instituídos impõem condutas discursivas e, como, neste caso, o *ethos* discursivo prévio ligado a cada papel afeta a forma de o discurso ser produzido, ratificando as atitudes que cada um deve ter na sua relação com os demais membros do grupo social. Fala-se, neste caso, não de um *ethos* pré-discursivo ligado a pessoas particulares, mas de uma representação agregada ao papel social que se vive e sobre o qual um conjunto de expectativas se projeta. Neste sentido, pode-se afirmar que nem sempre o *ethos* resulta do discurso que se produz, mas que surge, em certos casos, como resultado da ratificação de imagens prévias intrínsecas à vida social e de estereótipos impostos à força de uma durabilidade temporal realizada sobre os corpos, moldando-os e obrigando a cumprirem determinados rituais e deveres: o caráter, a corporalidade e o tom, nestes casos, estão pré-dados e não há espaço de manobra ou de fuga à injunção prevista. Aqui, pode-se pleitear que o *ethos* não resulta do discurso produzido, mas vem estabelecido pela voz do outro/Outro que

Abstract: This study intends, from the analysis of the following statement “Ôh, daddy! I asked mom to take me to the toilet and she didn’t want to take me there!!!”, to reflect about how the instituted social roles imposes discursive behaviors and how, in this case, the previous discursive *ethos* connected to each of this roles influence the discourse form to be produced, ratifying the attitudes that each one must have in relation to the others members of the social group. It is said, in this in case, not about a pre-discursive *ethos* connected to a specific person, but about a representation aggregated to the social role that it is lived and on which a set of expectations are projected. In this direction, it can be affirmed that the *ethos* is not always a result of the speech production, but that it comes out as a result of the ratification of previous images intrinsic to the social life and to stereotypes strongly imposed with a secular durability carried through on the people, molding them and compelling them to fulfill certain rituals and duties: the character, the corporality and the tone are already given and it does not let much space for management or to escape from the foreseen injunction. So, it can plead that the *ethos* does not result from the speech

* Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, atua no curso de graduação em Letras, no campus de Marçal Cândido Rondon, e no Mestrado em Letras, no campus de Cascavel. O professor fez o curso de mestrado na Universidade Federal do Paraná e o doutorado na Universidade Estadual Paulista, no campus de Araraquara. E-mail: cattelan@brturbo.com.br.

lhe obriga a uma atitude, a um fazer e a um dizer.

Palavras-chave: Discurso. Cotidiano. Papel. Ethos. Estereótipo.

produced by the author, but that it is established by the voice of the other/ Another one that compels it to an attitude of doing and saying.

Keywords: Discourse. Daily Routine. Role. Ethos. Stereotype.

Entrar na corrente do discurso significa se submeter a um conjunto de injunções sócio-discursivas que arregimenta obrigações a serem atendidas: não se diz o que se quer, quando se quer e como se quer. Pode-se afirmar, com Foucault (1996, p. 9), que “sabe-se que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Submeter-se ao discurso é se tornar conivente e, de certa forma, alienado. Forças que antecedem o homem na chegada ao objeto lhe dizem o que ele é, com as palavras devendo ser vistas, conforme Barthes (2000, p. 21), não “como simples instrumentos, [mas] projeções, explosões, vibrações, maquinarias, saberes”, pois “é todo o lençol do discurso que é fixado por uma rede de regras, de constrangimentos, de opressões, de repressões, maciças ou tênues no nível retórico, sutis e agudas no nível gramatical: a língua afluí no discurso, o discurso refluí na língua” (p. 31-32).

Compreendendo que a língua e o discurso sofrem processos de coerção, buscar-se-á analisar o enunciado “*Óh, pai!!! Eu pedi pra mamãe me levá no banheiro e ela não quis me levá!!!*”, valendo-se dos conceitos de *ethos*, papel, cenografia e estereotipagem, dentre outros. Embora este estudo possa ser vislumbrado como pertencente à Retórica pelos conceitos utilizados, filia-se à análise de discurso por entender, com Maingueneau (In: AMOSSY, 2005, p. 73), que o *ethos*, por exemplo, resulta “da identidade de um posicionamento discursivo”, considerando, ainda, que a própria Retórica, a seu modo, não deixa de ser uma análise de discurso, no sentido de que se preocupa com os jogos interativos. A análise do enunciado destacado tem como objetivo chamar a atenção para o fato de que papéis sociais (filho, mãe, pai) trazem entrelaçados *ethé* prévios que não são construídos *ad hoc*, ainda que isto ocorra mais crucialmente, quando a previsão seja dada por aquele que fala do outro e não por aquele que fala de si.

Assume-se que o *ethos* resulta do discurso, ou seja, constitui-se a partir do estilo usado pelo enunciador, mas, no caso do enunciado em análise, entende-se que seja mais resultado da ratificação (e da cobrança) de um *ethos* prévio ligado a um papel social (que é imposto por um locutor sobre o outro) do que da criação de uma imagem por parte do locutor. Se o *ethos*, para Dascal (In: AMOSSY, 2005, p. 57), “engendra no público uma disposição em relação ao orador”, aqui, ela não é criada a partir de algo que ele profira,

mas do discurso sobre ele: eis a imposição de um *ethos*, que está acoplado ao papel social de um dos dois interlocutores: se não dos três, pois cada um possui um papel e um *ethos* que deve ser atendido à luz do enunciado da locutora, atravessado polifonicamente pela voz de um enunciador.

Para Berger (2004, p. 91), um conceito que contribui para compreender o sentido de localização social é o de “estratificação”. Para ele, a noção remete ao “fato de que toda sociedade compõe-se de níveis inter-relacionados em termos de ascendência e subordinação, seja em poder, privilégio ou prestígio”. Estratificação remete, pois, ao “sistema de hierarquia” característico de uma sociedade. Para o autor, “alguns estratos, ou camadas sociais, são superiores, outros são inferiores. A soma desses estratos constitui o sistema de estratificação de uma determinada sociedade”. Este conceito é relevante, pois se entende que o enunciado em pauta revela papéis sociais, a que estão atrelados *ethé*, sendo cada um estatuído e instituído pela estratificação social hierárquica de uma comunidade, fazendo com que a conduta humana seja “padronizada [e] obrigada a seguir caminhos [que] pareçam ao indivíduo como os únicos possíveis” (p. 101). Esta é uma das questões que se revelará na análise efetuada à frente.

Para Goffmann (2007, p. 231), por outro lado, “ao analisar o ‘eu’, então, somos arrastados para longe de seu possuidor, da pessoa que lucrará ou perderá mais em tê-lo, pois ele e seu corpo simplesmente fornecem o cabide no qual algo de uma construção colaborativa será pendurado por algum tempo”. As questões que se colocam, neste caso, são: Ao se analisar o “eu” da criança do enunciado, de onde vêm os papéis, *ethé* e estereótipos que povoam seu discurso? Quais são eles? Quem lucra ou perde mais em tê-los? Que cabide é este de que seu corpo é construído? Que construção colaborativa será pendurada nele por algum tempo? E, mais do que isso: que papel, que *ethos*, que estereótipo, que cabide, que construção e que injunção o seu discurso impõe sobre os demais? Embora proferido por uma criança que nenhum poder teria, por que o discurso que profere gera as conseqüências percebidas? Pode-se afirmar que uma máquina social se impõe sobre ela e os papéis que a acompanham e não é aí que ela é tecida.

Trata-se de um problema de adesão, embora se deva admitir que ela nada tem de voluntário (talvez, nunca tenha): ela deriva mais da incorporação de um imaginário pré-fabricado que impõe uma moldura de compreensão e uma grade de inserção, do que de um conjunto de opções que se escolhe assumir. O jogo de papéis e de *ethé* que se vê em cena é proveniente da “aceitação” que se “resolveu” efetuar: é a adesão cabal imposta que, conforme Viala (In: AMOSSY, 2005, p. 168), “faz passar de uma diversidade de maneiras de ver e de dizer à certeza de que há somente uma que é válida”: ela “converte a subjetividade consciente de uma opinião relativa em pseudo-objetividade inconsciente de uma certeza absoluta”. Jogo insidioso

que faz as pessoas pactuarem com princípios de que não foram informadas e que, por elas não terem consciência de sua existência, submetem-se em definitivo; por residirem na zona das sombras, mais eles podem determinar os fazeres do sujeito: assim, a adesão “revela as crenças, isto é, a ordem do irracional nos comportamentos e nas escolhas” (p. 168).

Mistura heteróclita de uma ordem do discurso, de um conjunto de regras, de um posicionamento discursivo, de papéis sociais estabelecidos, de uma estratificação social, de uma construção colaborativa e de uma adesão que domina corpos, posições e dizeres, o sujeito se atribui um *ethos* e *ethé* aos outros, que resultam de afrontas e confrontos e de modelos e exemplos que levaram à criação de estereótipos que se tornaram atitudes engessadas que se impõem sobre os “cabides” que são vividos. Conforme Amossy (In: AMOSSY, 2005, p. 125), é preciso compreender como o estereótipo “desempenha um papel essencial no estabelecimento do *ethos*”. Para ela, ao invés de imaginar que o *ethos* resulte apenas do discurso, mesmo que ratificado por ele, “para parecer legítimo”, deve assumir “uma doxa, isto é, que se indexe em representações partilhadas”. Nos intercâmbios sociais, é preciso que o *ethos* “seja relacionado a modelos culturais pregnantes, mesmo se se tratar de modelos contestatórios”, o que não ocorre no caso do enunciado em destaque.

Para Maingueneau (In: AMOSSY, 2005, p. 70), duas razões levam a recorrer à noção de *ethos*: “seu laço crucial com a reflexividade enunciativa e a relação entre corpo e discurso que ela implica”. Pode-se afirmar que os dois princípios podem ser aplicados ao acontecimento discursivo em destaque, já que ele aponta para a enunciação de que emana e para a relação entre o corpo e o discurso: de uma forma especial, para três corporalidades, resultantes da revelação de um “corpo enunciante, historicamente especificado e inscrito em uma situação”, cuja enunciação ele, “ao mesmo tempo, pressupõe e valida progressivamente”. O que se deseja frisar é o fato de que, por meio da voz do locutor, o enunciado analisado valida não somente o *ethos* da criança, mas também o de pai e o de mãe, atribuindo-se e lhes atribuindo um caráter, uma voz, um corpo e um modo de estar no mundo: um conjunto de imagens a que discurso adere, amparado em estereótipos e fazendo os corpos se movimentarem como está previsto que o façam, na estratificação social que os controla. O *ethos* prévio que, neste caso, não diz respeito a um locutor já conhecido, mas acompanha um papel social definido, impregna a enunciação e exige atitudes e comportamentos atribuídos a corpos domesticados e dominados por uma forma de condução.

Conforme Maingueneau (In: AMOSSY, 2005, p. 71), deve-se distinguir o *ethos* discursivo (que emerge do discurso e que se refere a um locutor que não se conhece de antemão) e o *ethos* pré-discursivo (que, por se saber quem proferirá o discurso, permite antecipar imagens e cujo discurso pode

ratificá-las ou refutá-las: “confirmar ou infirmar”). Para o autor, mesmo que “o co-enunciador não saiba nada previamente sobre o caráter do enunciador, o simples fato de que um texto pertence a um gênero de discurso ou a um certo posicionamento ideológico induz expectativas em matéria de *ethos*”. Entende-se que o mesmo valha para os papéis sociais, que são assombrados por *ethé* prévios que devem ser retificados, mesmo que não cabalmente.

Por fim, ainda de acordo com Maingueneau (In: AMOSSY, 2005, p. 57), a cena de enunciação, ou seja, as condições de produção, ou seja, a situação comunicativa (embora não se deva tomá-las como sinônimas), dentre outros constituintes, possui uma cenografia que “não é imposta pelo gênero [mas] é constituída pelo próprio texto”. As questões, neste caso, são: Por que a criança faz o pedido que faz? Por que ela o faz à mãe? Por que ela “comunica” ao pai o não atendimento? O que está em jogo e que papéis e *ethé* esta cenografia discursiva pressupõe e valida?

É esta a ótica de preocupações deste estudo, que entende que “as próprias tendências da instituição da sociedade”, conforme Castoriadis (1982 p. 12), só podem ser abaladas, se é que podem, “pela demonstração precisa e detalhada [...] dos limites deste pensamento e das [suas] necessidades internas segundo a sua maneira de ser, que a levaram a ocultar [...] o essencial”: que tudo não passa de um processo de imaginação, entendendo-se que ela é “alguma coisa ‘inventada’, [...] um deslizamento, um deslocamento de sentidos, onde símbolos já disponíveis são investidos de outras significações que não são significações ‘canônicas’ ou ‘normais’” (p. 154).

Para Thompson (1998, p. 14), “os homens professam, protestam, comprometem-se, pronunciam grandes palavras, para depois fazer o que sempre fizeram. Como se fossem imagens mortas, instrumentos movidos exclusivamente pelas rodas do costume”. Deve-se, como alerta Castoriadis (1982, p. 14), buscar a elucidação do que sustenta o cotidiano do homem, não porque isto o faça “sair de seu modo de ser, como dimensão do fazer social-histórico. Mas [porque isto] pode permitir-lhe ser lúcido a respeito de si mesmo”. O que o autor chama de elucidação “é o trabalho pelo qual os homens tentam pensar o que fazem e saber o que pensam”: eis a razão para a análise do enunciado. Que ele, enunciado único, constitua um *corpus* exaustivo de dados é uma questão que nem se coloca. Que seja intrigante e esclarecedor sobre algumas questões, parece não haver questionamento. Para o leitor mais taciturno ou cético, fica o desafio da duplicação da constatação.

Ironia do destino, coincidências inexplicáveis, enredamento de fatos que poderiam levar a algum tipo de conclusão mística, mistério indefinível de por que um conjunto de acontecimentos ocorre, o enunciado analisado ocorreu no dia 21 de maio de 2008, no feriado cristão de Corpus Christi e, para “agrar” a situação, no restaurante “Nossa Família”, durante o almoço, momento de alimento do corpo. Seriam tais coincidências suficientes

para que um crente pudesse deduzir que algo místico estaria se revelando? Ironias à parte, o enunciado da criança é digno de nota por razões que se buscarão explicitar à frente: elas se relacionam, de algum modo, às ocorrências listadas. Ao fato de a mãe não atender à solicitação de ser levada ao banheiro, embora pudesse fazê-lo sozinha, ela se voltou chorosa para o pai, dizendo “*Óh, pai!!! Eu pedi pra mamãe me levá no banheiro e ela não quis me levá!*”. Dividir-se-á a reflexão, buscando focar o discurso da e sobre a criança, da e sobre a mãe, do e sobre o pai, embora, no caso, dos dois últimos ele se apresente como silêncio espalhafatoso.

Pela idade e pelo porte corporal que possuía, pode-se afirmar que a criança tinha condições de ir ao banheiro sozinha, mas, ao solicitar a companhia da mãe, algo deve poder ser dito sobre as razões da escolha: elas vão desde as mais prosaicas, até as mais “cretinas”. Poder-se-ia alegar, romanticamente, que a criança deseja estar perto da mãe pelo carinho que recebe dela. Seria possível afirmar que ela não sabe como resolver o problema com que está às voltas. Poder-se-ia, ainda, dizer que não sabe como higienizar o corpo adequadamente. E que o local público movimentado, com pessoas estranhas, amedrontavam-na: quem sabe, tudo isso tenha contribuído para a sua atitude. Afinal, o alerta de tomar cuidado com estranhos e a afirmação de que é incapaz de lidar consigo, não podendo ter um grau de autonomia, não são novidade para a criança. Mas parece haver outras razões para o comportamento da menina, derivadas do papel e do *ethos* que lhe são impingidos (não que as demais explicações não derivem deles). A delicadeza, o medo, o carinho e a dependência são criados pelo imaginário que cerca o cosmos infantil, não se esgotando, porém, nestes afetos, o que se pensa sobre a criança.

O enunciado da criança poderia ser tomado, talvez apressadamente, como sendo constituído por segmentos que cumprem uma função distinta. Com “*Óh, pai!!!*”, ela estaria buscando garantir, faticamente, que o adulto lhe desse atenção, para, em seguida, referencial e denotativamente, informá-lo sobre as atitudes da mãe. Fosse a linguagem um meio de comunicação, no sentido de troca de mensagens entre emissor e receptor por meio de um código, o pai poderia confirmar ter consciência do ocorrido com um “*eu sei*” ou “*me deixe almoçar*” e a interação teria fim. Mas, então, está-se olhando para a linguagem como rótulos apostos sobre o mundo. Acontece que ela é, acima de tudo, caracterizada por um jogo de atuação comunicativa (em sentido amplo) e quem diz algo, quando diz, faz algo: isto é, todo ato de dizer é um fazer, mesmo que não se domine que fazer é este, por que ele deve ser atendido e de onde vem a determinação de que ele deve acontecer, o que implica, de acordo com Possenti (1993, p. 13), “a assunção prévia de que há regras linguísticas em algum sentido e de que há fatores não tipicamente linguísticos atuando no discurso” ou, como quer Wittgenstein (1996, p.

38), de que “o significado de uma palavra é seu uso na linguagem”. Parece óbvio que a criança não deseja “comunicar” um conjunto de acontecimentos e que não aceitará uma resposta qualquer. Cada recurso utilizado é proveniente de um “processo de decisões seletivas” (SCHMIDT, 1978, p. 180), com vistas a determinar em que processo enunciativo está se colocando, o que significa, em última instância, a recuperação dos papéis e dos *ethé* em jogo e das determinações sociohistóricas que atuam sobre os interlocutores.

Ao enunciar “*Óh, pai!!!*”, mais do que buscar captar faticamente a atenção do interlocutor, a criança lhe dá orientações, na interjeição e no vocativo, sobre o efeito de sentido do seu enunciado, impondo sobre o outro atitudes que derivam do papel e do *ethos* que lhe correspondem. A partir da injunção do papel que cabe ao pai cumprir e do *ethos* que lhe é peculiar, a criança o alerta que cabe a ele fazer algo sobre a situação que a incomoda. É como se ela afirmasse: “*Você tem o poder, você que é hierarquicamente superior, você que pode dar outro desfecho ao que está ocorrendo, você que, enfim, pode fazer com que o meu pedido seja atendido, faça o que lhe compete, use a sua autoridade e determine que o renitente atenda ao que se espera dele*”. A expressão “*Óh, pai!!!*”, mais do que fazê-lo dar atenção, busca obrigá-lo a se submeter ao que lhe cabe enquanto papel social e *ethos* discursivo. O pai se acha posto na condição de atender à demanda: ela pode não ser a desejada pela menina, mas não poderá ser ignorada; e mais: ela será a prevista pelas determinações sociais.

Para que o jogo realizado pelo uso da interjeição e do vocativo possa surgir, há um suporte de representações que faz com que ele se torne dizível. Sem este suporte, o enunciado não ocorreria. Dado o poder que parece não ter, a criança busca no pai a ajuda de que precisa. A imagem que faz de si é de quem não tem competência para ir ao banheiro sozinha, é incapaz de fazer a higiene correspondente e é dependente do adulto para que suas carências sejam atendidas. Misto de depreciação de si e super-apreciação do adulto, a criança se mostra posta num estrato social inferior hierarquicamente, sendo portadora do estereótipo de incapaz: ela não poderia resolver problemas triviais como o que se punha e que tudo indicava que poderia fazê-lo. Por uma espécie de auto-aniquilamento (estratégia interessante, se fosse usada de caso pensado, já que se livra de certas atividades, transferindo-as a outros), ela se mostra como não detentora de poder devendo recorrer a quem o tem para atender aos seus desejos. Pode-se afirmar que a criança pensa de si o que foi levada a pensar: o *ethos* e o papel que lhe correspondem resultam de um imaginário que cobra o seu preço frente às exigências que o cotidiano vai desafiando. Basta que se pense no trabalho que se evitaria, se a criança, por conta própria, fizesse o que precisava: mas ela não pode; não, porque não possa, mas porque é dito que não pode. Percebe-se, pois, a durabilidade de um imaginário sobre a criança.

Pode-se afirmar que a criança pode resolver muitos problemas com os

quais se depara? É óbvio que sim, mas ela não pode, porque se acostumou a pensar desta forma: ela e os demais. Por outro lado, poder-se-ia afirmar que a criança, já que é portadora do estereótipo de incapaz, de posição hierárquica inferior, de papel social dependente e de *ethos* de mendicância (com tudo o que lhe corresponde: voz, tom, corpo, caráter), já que, sem poder, teria, então, poder nenhum? Pode-se afirmar que não, pois ela pode fazer com que quem tem o poder o exerça a seu favor, impondo que cada um cumpra sua função e pague os tributos. A forma de fazê-lo, dada a sua condição, ocorre na forma de uma solicitação chorosa e auto-depreciativa, além de usar uma tonalidade amena, já que ela *pediu*; mas, talvez, esteja aí a fonte do despotismo exercido por ela: o uso dos meios adequados para obter o que deseje. Não seria de surpreender se, ao ser atendida, um sorriso irônico e sarcástico surgisse no seu rosto. Que isto se passe em doce inocência e inconsciência não se duvida. Que cada um se julgue responsável por estar fazendo o que lhe cabe também não. Relações de injunção e imposição se revelam no enunciado. E elas não se aplicam apenas sobre a criança: isto é óbvio.

Ao afirmar que pediu à mãe para levá-la ao banheiro e ela não quis levá-la, uma série de encadeamentos se abrem, por meio da realização de inferências culturais. Sob a aparência límpida de dois atos puramente denotativos e referenciais, estereótipos, papéis e *ethé* se revelam, mostrando que, para além da “informação” que os dois enunciados veiculam, um conjunto de obrigações se impõe, fazendo a maquinaria social ser posta em andamento e exigir que cada um faça a vontade dela: que os corpos ajam de acordo com a incorporação aplicada à revelia sobre cada um: “cumpram seus papéis” diz o enunciatador. Assim, a criança, o pai e a mãe se acham postos na berlinda e, colhidos no turbilhão da ventania, devem responder pelos seus atos, como se espera que o façam de acordo com o que foi instituído e estatuído.

Ao afirmar “*Eu pedi pra mamãe me levá no banheiro*”, o que poderia parecer uma mera informação se constitui num núcleo discursivo que abre a possibilidade para uma profusão de encadeamentos dedutivos que tomam como amparo a doxa reinante. Tendo dito o que disse, a criança se acha autorizada a inferir conclusões como “*ela deveria ter me levado*”, “*ela não pode recusar um pedido meu*” e “*ela é obrigada a me levar; portanto, deveria me levar*”. Donde vêm estas inferências, se não do papel e do *ethos* ligados à mãe, estipulando-lhe um caráter (de resignação), uma voz (de doçura), uma corporalidade (de servidão) e um tom (de ternura, aceitação e tolerância)? Pode-se afirmar que, tendo dito o que disse para quem disse e quando disse, à mãe nada restava a não ser se submeter ao império social que se abatia sobre ela. Ao invés de admitir que a filha havia feito o “pedido” e continuar na situação em que estava, a mãe levantou-se e conduziu a filha ao banheiro; bastou um olhar de esguelha do pai: nada mais natural, já que está estabelecido que cabe à mãe o cuidado dos filhos, digam eles respeito a qualquer

esfera: higiene, saúde, educação, dentre outras. Pode-se traduzir o enunciado da menina por “*eu pedi pra mamãe me levá no banheiro, já que esta é uma obrigação dela, mas ela se recusou a me levar*”, o que permite inferir que “*Óh, pai!!!*”, mais do que um recurso fático, instancia uma entidade julgadora, a quem cabe fazer cumprir, no caso em pauta, a doxa dominante.

Mas de que doxa se está falando? A que determina que o cuidado dos filhos cabe à mulher, permitindo que um conjunto de encadeamentos se teça a partir do enunciado sintético e propiciador de inferências “lógicas”. Tudo se passa como se as condutas sociais estivessem pautadas em raciocínios dedutivos construídos a partir de silogismos lógicos. Neste caso, ter-se-ia, como premissa maior, que “*A mãe deve educar os filhos*”; como premissa menor, que “*a criança é filha da mulher de que ela reclama*” e, como conclusão, que “*a mãe deveria ter atendido à solicitação*”. Do ponto de vista da criança, ela teria agido de acordo com o que se espera dela (ela recorreu ao adulto, a mãe, fez isto da forma correta, *pediu*, e não atropelou a preponderância dos adultos): mas, apesar de ter agido dentro do esperado, não foi atendida em sua solicitação, devendo recorrer a quem tem o poder de resolver a negociação. Nada, pois, a recriminar sobre as atitudes da criança; tudo a recriminar, por outro, do comportamento da mãe, que se recusa a cumprir seu papel e se adequar ao *ethos* que o estereótipo impingido sobre si à luz de um processo de estratificação social estabeleceu. Já que a criança pediu para ser levada ao banheiro e esta é uma atividade “típica” da mulher, a criança não se conforma com a recusa. Postas mãe e filha neste entrelaçamento de malhas do poder, cercadas que estão, acabarão (e acabaram) obedecendo aos ditames da moral vigente.

Entrelaçando os dois enunciados finais, encontra-se o conectivo *e* que, entende-se, acumula funções aditivas e adversativas. Aditivo, pois soma um argumento a favor da adequação do procedimento da criança a outro, o da anormalidade do da mãe, ambos podendo ser usados pelo pai para fazer com que a mulher atenda ao que dela se espera. Aqui, os dois fatos alegados sustentam o enunciado inicial “*Óh, pai!!!*”, que reivindica a tomada de posição do homem a favor da criança. Se ele não tinha razões para fazê-lo, acaba de ser subsidiado para que faça a balança recuperar o seu ponto de equilíbrio. Ele poderia, se necessário, valer-se dos “fatos” de que a criança agiu conforme as normas e a mãe não, com esta devendo recobrar o bom senso e fazer o que deve, o que não chega a ocorrer: não foi preciso.

Como se vê, a mulher, assim como a criança, é apanhada pela rede de previsões sociais sobre como deve proceder em relação à criança (assim como a criança também revela estar enredada pela trama que teceu), não lhes restando outra saída a não ser aceitar os papéis sociais e *ethé* que lhes cabem: de um lado, a incompetência para a autonomia, para a inocência e para a fragilidade; de outro, a impossibilidade de rebeldia, a potência para a

ajuda e a resignação ao cumprimento do que está estabelecido. Frente à “lissura” da criança e à falha de atitude da mãe, o tribunal enverga sua armadura e impõe que cada um cumpra seu papel: a filha, que aceite docilmente a sua condição (aliás, exigida por ela); a mãe, que conduza a criança, trajeto que vem de fora e não de um ditame de ordem individual ou subjetiva.

O conectivo *e*, com se disse, por outro lado, é adversativo, já que, se, por um lado, ela soma argumentos entre si, quando o interlocutor em mira é o juiz, que poderá fazer a balança pender a favor da criança, por outro, revela a contradição criada pela mãe, que, devendo ter uma atitude, não a atendeu. Da parte *A* do enunciado que afirmava “*Eu pedi pra mamãe me levá no banheiro*” e, dela, esperava poder deduzir *B* “*Então ela deveria ter me levado*”, a criança reconhece que a sua “lógica” não funcionou, pois a doxa que afirma que a mãe deve cuidar do filho não foi atendida. Assim, o *e*, que era aditivo (um operador argumentativo de conjunção), agora é adversativo (um operador argumentativo de contrajunção), que revela que a conclusão esperada foi contradita, estando a mãe em situação delituosa, já que não a respeitou. O desfecho inesperado institui um tribunal, atribuindo ao pai o papel de juiz, ao filho, o de acusador e testemunha, e à mãe, o de ré, confessa. Ela ousou se contrapor à ordem normalizada e conformada.

Vê-se que do entrelaçamento de dois enunciados por um conectivo aditivo (e, simultaneamente, contrajuntivo), uma imagem de criança (quem ela é, o que pode ou não fazer, como deve se reportar ao adulto, a quem deve recorrer para a solução dos seus problemas, os caminhos que tem para exigir o que precisa) pode ser recuperada, assim como de mãe (ela deve cuidar dos filhos, responsabilizar-se pela sua higiene, salvaguardá-la da ameaça de estranhos, manter o filho em segurança). A adição entre os argumentos com que a criança subsidia o pai (juiz, defensor, diretor) para que ele tenha elementos para julgar as atitudes da filha e da mãe e a contradição entre a conclusão que um deles permite e o desfecho inesperado indicado pelo outro permitem vislumbrar o que são um filho e uma mãe e explicam e justificam o recurso ao pai, com “*Óh, pai!!!*”, como “agente” que pode levar a outro desfecho a situação. Ao papel dependente da criança, junta-se um *ethos* de respeito e deferência em relação aos pais; ao papel de “educadora e provedora” da mãe, junta-se um *ethos* de “submissão, abnegação e altruísmo” em relação à filha, requisitos que, não atendidos, são levados a uma instância superior, cujo papel de supervisão, com o *ethos* correspondente de autoridade e firmeza, é ativado para a resolução da pendenga e justificam o uso funcionalmente fático ou pragmaticamente performativo da interjeição e do vocativo iniciais.

Deve-se notar que o discurso analisado põe sobre o palco a criança e a mãe (e o pai). As atitudes delas estão em disputa, com uma cobrando da outra o que deve fazer, valendo-se do pai, que “mantém-se à sombra”,

intervindo, apenas quando é solicitado: uma autoridade imponente, hierarquicamente superior e com estereótipo de comando (embora se deva desconfiar de conclusões apressadas) não pode ser gasta de forma perdulária. Ela deve ser exercida quando necessária: de forma breve, sucinta, cabal e definitiva; com poucas palavras: ou nenhuma. É o que ocorre: à reclamação da filha, o pai cumpre seu papel (note-se isso): um olhar rápido e de soslaio é o suficiente para que tudo se desenvolva sem novos “equívocos”. Atente-se para o silêncio “participante” do homem. Contra a ruidosa “participação” da criança e a constrangida “participação” da mulher, a presença do homem é uma “não-presença”; ele não profere enunciados, não se ouve a sua voz; no entanto, é a sua voz que prepondera (ou será da filha?).

Sobre a presença quase inexistente do homem que poderia, apressadamente, ser referida ao discurso machista e opressor, devem se fazer duas observações. A primeira se refere ao fato de que um silêncio tão contundente e absoluto só pode ser aplicado sobre o que está definitivamente resolvido. Se não há manifestação da parte dele (ele poderia dizer “*o que eu tenho a ver com isto?*” ou “*Por que você mesma não vai sozinha?*”), é porque o seu papel e o seu *ethos* estão arbitrados e sancionados: não cabem mais questionamentos. Frente ao ruidoso embate entre mãe e filha, que, por dizerem o que pensam, podem até vislumbrar outros caminhos, a ele cabe render-se e exercer o seu papel: uma espécie de “*cumpra-se*” se abate sobre ele e o define. Frente à evidência, só resta submissão e alienação à doxa reinante. Por outro lado, não lhe resta outra coisa a fazer a não ser viver o seu papel, para não receber as avaliações pejorativas que ocorrem, quando isto acontece: “*ele não tem autoridade*”, “*ele é covarde*”, “*a sua voz não é ouvida*”, para não citar ditados populares e chistes que revelam o que se pensa de homens que não atendem ao estereótipo imposto.

Antes que as afirmações feitas possam ser tachadas de tendenciosas (não se deseja que sejam lidas desta forma, nem que sejam entendidas como resultados de denegação), alerta-se que se defende que o enunciado não revela apenas a existência de um papel e de um *ethos* relativos à mulher e à criança, à mãe e à filha, mas também ao homem, ao pai, devendo cada um se adequar ao seu, estando sujeito às sanções decorrentes, caso fujam da doxa reinante. Neste sentido, o silêncio “impávido” (ou impotente) do marido e a resistência débil da mãe revelam o quanto a sociedade constituiu um pano de fundo pressupositivo sobre as suas condutas. Talvez, quem ainda tenha alguma margem de negociação seja a criança, não aculturada em definitivo, embora seja ciosa dos seus “direitos” e “deveres”, assim como dos seus pais. O que se quer frisar na justa medida é que, em se tratando de uma instituição, ninguém está infenso aos efeitos da rede de relações que se tecem socialmente e se abatem sobre todos e cada um.

Seja homem, mulher ou criança, pai, mãe ou filho, não há quem o

açoite social não fustigue, forçando-o a assumir o seu lugar na rede de relações sociais, e aquele sobre o qual o alcance das injunções se faça de forma mais amena ou passe ao largo. Viver em sociedade é desempenhar papéis e assumir *ethé*, podendo a ambição máxima residir na revelação de quais são eles e fazê-los mudar de feições, porque se admite que certos papéis, *ethé* e estereótipos mais degradam do que humanizam. Que os homens estejam enovelados pelas malhas da rede social que destina lugares, posições e valores parecem não restar dúvidas. Que tais localizações dêiticas sejam naturais não é o caso: isto parece ser óbvio. Mas, se são resultado da auto-instituição imaginária da sociedade, é necessário que se perceba que imaginário é esse, para que ele possa ser elucidado.

Referências

AMOSSY, Ruth. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. (Trad. Dílson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti). São Paulo: Contexto, 2005. p. 119-144.

BARTHES, Roland. **Aula**. (Trad. Leyla Perrone-Moisés). 6.ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2000.

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. (Trad. Donaldson M. Garschagen). 26.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. (Trad. Guy Reynaud). 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DASCAL, Marcelo. O *ethos* na argumentação: uma abordagem pragma-retórica. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. (Trad. Dílson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti). São Paulo: Contexto, 2005. p. 57-68.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. (Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio). São Paulo: Loyola, 1996.

GOFFMANN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. (Trad. Maria Célia Santos Raposo). 14.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. (Trad. Dílson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti). São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SCHMIDT, J. Siegfried. **Lingüística e teoria de texto**. (Trad. Ernst F. Schurmann). São Paulo: Pioneira, 1978.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. (Trad. Rosaura Eichenberg). 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIALA, Alain. A eloquência galante: uma problemática da adesão. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. (Trad. Dílson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti). São Paulo: Contexto, 2005. p. 167-182.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.